HABITAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

A habitação constitui, em Portugal, um "buraco negro" até agora sem solução e cujas origens remontam ao princípio do século.

Além da carência crónica de casas, estimada em 500 mil fogos no Livro Branco da Habitação, o problema reside igualmente nas más condições de alojamento de grande parte da população e no desajustamento às reais necessidades do País.

Ao longo dos anos, os sucessivos governos adoptaram diversas medidas para resolver o problema. Entre elas, destaca-se o programa de construção dos primeiros bairros sociais, em 1918, e a criação do regime de casas económicas no Estado Novo, em 1933.

Na década de 40 lançaram-se vários programas de construção de casas para famílias pobres com o objectivo de combater a disseminação das barracas, cada vez em maior número, surgindo as casas de renda económicas, as de renda limitada e as dos pescadores.

Em 1956, a Câmara Municipal de Lisboa lançou um programa de habitação social.

Na década de 80, o problema agravou-se com a proliferação de bairros degradados na periferia das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. É, portanto, nessa altura que, com a imigração das ex-colónias, com especial destaque para Cabo Verde, os chamados bairros de lata mudam de cor e passam a ter novos ocupantes. Como já se referiu, de 68 a 73, o Governo Central, para suprir a falta de mão-de-obra devido à emigração de portugueses para os países ricos da Europa, fomentou a saída maciça de caboverdianos para Portugal.

Para esse efeito, foi criado no âmbito do Ministério do Ultramar o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos.

Um inquérito promovido pela Casa de Cabo Verde em 1972, a uma amostra de 400 trabalhadores, concluiu que apenas 7% dos inquiridos mencionaram a existência de funcionários do referido Centro nos pontos de desembarque.

Com a falta de apoio, os baixos salários praticados e toda a segregação e discriminação de quem eram vítimas, o refúgio nos ghettos da periferia de Lisboa, Amadora e Oeiras, entre outros Concelhos, era a única solução. As barracas de zinco, papelão e madeira das cofragens, dão lugar mais tarde às casas de alvenaria sem as mínimas infraestruturas e abaixo de todos os índices da dignidade humana.

Lembro-me, por exemplo, que em 1979, pertencendo já à direcção da Associação Caboverdiana, fui chamado de urgência para intervir no bairro, da Pedreira dos Húngaros em Algés. Nessa época não havia ainda os sinais preocupantes da marginalização desse enorme ghetto, hoje, tão conhecido da opinião pública.

Na altura, era a ponta do iceberg que emergia. Havia um grave problema de saúde pública, consequência da presença de uma enorme vala de esgotos a céu aberto em toda a extensão de uma das principais artérias do bairro.

Esse bairro, hoje tem cerca de 5 mil pessoas. Podem assim avaliar a dimensão do problema.

Não com a mesma gravidade, mas não posso deixar de citar os bairros das Fontainhas, Estrelas d' África, 6 de Maio, Portas de Benfica e Bairro Novo, no Concelho de Amadora, com cerca de 6000 pessoas. Para fixar a vossa atenção, e até porque neste Congresso estão representantes de outros países, e muitos compatriotas que provavelmente nunca entraram num bairro, lembro-vos que estamos a falar de, um país da Europa, membro da União Europeia.

Para esses bairros, onde estimamos, viverem cerca de 50.000 caboverdianos, as condições de habitabilidade são as mesmas:

- degradação construtiva (falta de qualidade na construção e inexistência de acabamentos);
- degradação no uso;
- problemas de higiene;
- tipologias e áreas reduzidas (no interior dos fogos e no espaço circundante);
- ausência quase total de infraestruturas.

Este quadro, aliado à ausência ou insuficiência geral de equipamentos culturais, de serviços e de estruturas de resposta, num panorama de crescimento e mudanças, gera ou agudiza as seguintes problemáticas:

- baixo nível de escolarização / Elevado insucesso escolar;
- aumento da prostituição;
- trabalho infantil não remunerado;
- carências alimentares e de consumo;

- falta de informação da população / Perda de benefícios;
- aumento de casos de droga, alcoolismo, delinquência e da frequência de acções destrutivas;
- aumento quase incontrolável da construção clandestina e sobre ocupação do espaço / Ineficácia dos serviços públicos na implementação de uma política de habitação para toda a população.

Algumas câmaras não têm feito senão pontuais melhorias de aspectos de funcionamento que visem minimizar a insalubridade e insegurança e a contenção do crescimento em altura.

Nos anos oitenta a Câmara de Lisboa começou um programa de habitação social, contemplando cerca de 10.000 casas. Mas Lisboa não é um concelho de forte presença caboverdiana e dificilmente contornará a impossibilidade, imposta por lei, do estrangeiro ter acesso à habitação social.

O grave problema da habitação e que afecta a maioria dos caboverdianos em Portugal é, sem dúvida, o maior obstáculo para a integração desejada na sociedade portuguesa. Não tão grave como o problema dos indocumentados, mas maior em extensão.

Mas nem tudo é negro e começa a haver uma resma de esperança ...

O Governo Português estabeleceu pelo Decreto-Lei 163/93, o chamado Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, abreviadamente conhecido por P.E.R.. Segundo o diploma a concretização deste programa depende da adesão dos municípios que terão de efectuar um levantamento exaustivo das barracas existentes no seu concelho e executado informação das carências efectivas apresentadas.

Até agora Lisboa é o único concelho que aderiu ao Programa com a assinatura recente do protocolo de adesão.

Chamo a atenção dos dirigentes associativos para seguirem de perto o P.E.R. que terá de ser cumprido até o ano 2001. Amadora, concelho, onde residem mais de 20.000 caboverdianos debate-se com o grave problema de não ter terreno disponível para as necessidades existentes.

Deixo à vossa consideração algumas preocupações em relação ao P.E.R.:

- a atribuição de casas contempla os indocumentados?
- o número de anos de residência é tido em conta?
- como?

- vão-se criar novos ghettos?
- as tipologias têm em conta as famílias numerosas?
- há previsão de equipamentos?
- haverá quebra total dos laços de solidariedade gerados?
- o que vai acontecer às associações e que até agora têm sido uma espécie de válvula de escape na solução de muitos problemas locais?
- na atribuição da renda social, qual o critério na determinação do rendimento tendo em conta as actividades esporádicas ou a precaridade de empregos?

O P.E.R., apesar de positivo, não contempla os inúmeros casos de ocupação, em condições tão ou mais degradadas do que nas barracas. Trata-se de muitos caboverdianos amontoados nas pensões, prédios abandonados e em ruínas, entre outras situações. **Fica de fora, uma vez mais, muita gente.**